



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8232018214843

Nome original: audiência pública.pdf

Data: 24/04/2018 10:17:55

Remetente:

VINICIUS

Gabinete da Presidência

Tribunal de Justiça de Roraima

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

STF convoca audiência pública em ação que discute descriminalização do aborto até 12ª semana de gestação



A ministra Rosa Weber, relatora da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, convocou audiência pública para discutir a questão reativa a recepção pela Constituição Federal de 1988, das artigos 124 e 126 do Código Penal, que instituem a criminalização da interrupção voluntária da gravidez, pelo ordenamento vigente. Os interessados em participar do evento têm até a próxima quarta-feira (25) para solicitar inscrição. A audiência deve ser realizada no início do mês de junho, em data a ser posteriormente confirmada.

A ADPF 442 foi ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que sustenta que os dois dispositivos do Código Penal ofendem postulações fundamentais como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a não discriminação, a inviolabilidade da vida, a liberdade, a igualdade, a proibição de tortura ou o tratamento desumano e degradante, a saúde e o planejamento familiar das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos.

A preferência é que a STF esclare o âmbito de incidência dos dois artigos e interrompa a gestação induzida e voluntária realizada nas primeiras 12 semanas, "de modo a garantir às mulheres o direito constitucional de interromper a gestação de acordo com o autônomo desejo, sem necessidade de qualquer forma de permissão específica do Estado, bem como garantir aos profissionais de saúde o direito de realizar o procedimento".

Em novembro de 2017, o relator Indefereu pedido de medida cautelar de urgência que visava à suspensão de presos em flagrante. Inquéritos policiais e andamento de processos ou decisões judiciais baseadas na aplicação dos artigos 124 e 126 do Código Penal a casos de aborto voluntário realizado nas primeiras 12 semanas de gravidez.

Enviar Documento

Destinatários Selecionados

Informações Processuais (envio judicial) - STF - Sistema

Remetente: VITECTUS DE SOUZA GONCALVES - Gabinete de Presidência

Tipo Documento: Administrativo

Data Envio: 24/04/2018 09:13:30

Prioridade: Normal

Motivo de envio: Para correção

Assunto: [Empty field]

Resumo: 220 caracteres

Tem anexo incluído para upload: 0/20 anexos

Selecionar arquivos... Nenhum arquivo selecionado.

Adicionar Destinatário: [Empty field]

Assinador eletrônico @Sistema: (STF-1)

Manual de usuário: Manual do Usuário

Nome: [Empty field]

Documento Selecionado: [Empty field]

Assinado: Não

Opções: [X]

Enviar Documento

VOLTAR PARA OS DESTINATÁRIOS

Metas Digital 1.0.2.2 em 06/12/2016 Poder Judiciário